

O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

Lilian Cristina Bernardo Gomes*

O ineditismo da obra da professora, pesquisadora e ex-ministra de Estado Nilma Lino Gomes está evidenciado no próprio título do livro que associa o Movimento Negro ao seu papel como educador. A tese principal anunciada pela autora é a de que esse Movimento é um “produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (p. 14). Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, autor do Prefácio do livro, “uma das valências mais preciosas dos movimentos sociais e suas lutas é o de transformar o próprio conhecimento convencional construído a respeito deles. Isso é possível porque os movimentos têm um valor epistemológico intrínseco, são produtores de um tipo específico de conhecimento, o conhecimento nascido na luta” (p. 9).

Ao longo dos sete capítulos dessa obra a autora fornece elementos e manifesta preocupação com a necessidade de constituição de uma teoria crítica educacional, tendo como desafio a construção de uma pedagogia da emancipação, da diversidade, enfim, uma pedagogia pós-abissal. Nesse percurso tem como inspiração central a teorização de Boaventura de Sousa Santos e “sua crítica à modernidade ocidental e ao tipo de ciência produzido por ela (e nela)” (p. 43). Além disso, ela lança mão de outros teóricos que a acompanham nessa construção e que dialogam não apenas com a teoria mas, também, com a experiência concreta da trajetória histórica do Movimento Negro do Brasil.

De forma didática ela apresenta a tensão dialética entre regulação-emancipação. Por um lado, indica a perversa faceta dos “setores conservadores, de direita, os ruralistas e os capitalistas” (p.15), que se realinham nas relações sociais e de poder provocando ainda mais desigualdades, discriminações, racismo e opressão patriarcal que se concretizam nas ações

* Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2009). Professora do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA) e pesquisadora da UFMG. Email: lcbgomes@yahoo.com.br

sexistas, machistas, no extermínio da juventude negra, na violência contra a mulher negra, LGBTfobia, na ditadura da beleza eurocentrada, na intolerância religiosa e na violência contra as comunidades quilombolas, dentre outras ações alçando, ademais, o tipo de conhecimento produzido pelo paradigma da modernidade ocidental como o único válido. Por outro lado, apresenta a “trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico” (p. 15).

Nesse percurso de indicação do Movimento Negro enquanto um ator político que desempenha papel central na construção de um projeto educativo emancipatório, ela retoma algumas ações desse Movimento a partir do século XX, anunciando que não tem a pretensão de fazer uma cronologia de todas as ações (p. 27). Contudo, ela perpassa ações como, por exemplo, o papel da imprensa negra como “produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra” (p. 29). Indica que esses jornais tiveram papel fundamental no processo educativo e politizador da população negra e contribuíram para o debate sobre a educação dessa mesma população. Ainda desse período destaca a importância da Frente Negra Brasileira (1931) e do Teatro Experimental do Negro (TEN – 1944-1968). Ela retoma, sobretudo após a década de 1970, atuações tanto no âmbito da sociedade civil quanto na política institucional, assim como o diálogo e os embates com os governos e sistema judiciário. Ela aponta de que modo estes são fundamentais nesse processo do Movimento Negro denunciar que a raça deve ser compreendida como construção social, sendo desse modo estrutural e estruturante para a compreensão da complexidade do quadro de discriminação e desigualdades no Brasil. Ganham centralidade os conceitos de Boaventura de Souza Santos (2004) da *sociologia das ausências*, que “visa demonstrar que aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” e da *sociologia das emergências* que “consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais, concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente mediante atividades de cuidado” (p. 40-41).

Ao longo dos sete capítulos ela apresenta um amplo espectro de questões que vão desde uma abordagem teórica, histórica, passando pela conquista de marcos institucionais legais dentro da estrutura racista da sociedade brasileira abordando e mostrando a importância

de compreender os elementos relacionados à complexidade das subjetividades relacionadas aos saberes construídos pelo Movimento Negro identitários e estético-corpóreos (p. 100). Ela também apresenta os desafios de uma prática político-epistemológica que possibilite a capacidade de comunicação e cumplicidade entre os diferentes movimentos sociais. Esse conjunto de questões será apresentado a seguir.

No que se refere à abordagem teórica, tal tarefa é desempenhada em todos os capítulos, contudo é no Capítulo 4º que essa discussão se apresenta com maior densidade analítica. A autora perpassa diversos elementos da teorização de Boaventura de Sousa Santos, indicando os desafios da tensão regulação-emancipação para a produção de conhecimentos e saberes na construção de uma pedagogia pós-abissal. Ela indica que a comunidade negra e o Movimento Negro produzem saberes que, na perspectiva do pensamento abissal da modernidade ocidental, não são considerados como pensamentos válidos e por isso são invisibilizados e desqualificados, produzindo uma pedagogia das ausências. Contudo, ela assinala que eles têm a potência de construir uma nova ecologia dos saberes enquanto uma dimensão das epistemologias do Sul. A autora perpassa três tipos de saberes que acompanham a trajetória das negras e negros desde o período colonial e que ganham maior visibilidade a partir dos anos 2000, quais sejam: os saberes identitários, os saberes políticos e os saberes estético-corpóreos. Saberes estes “interligados de maneira dinâmica, apesar de suas especificidades” (p. 77).

No aspecto histórico ela indica que, desde a escravização dos corpos negros advindos da África, estes resistiram na luta pela libertação e emancipação. Evidencia, por exemplo, que “o processo da abolição e a sua determinação formal, com toda sua complexidade e limites, foi um momento importante na emancipação dos negros, das negras e seus corpos”. Contudo, feita a abolição e proclamada a República, os desafios continuaram ao longo de toda a história republicana, seja pela desqualificação racista dos corpos dos libertos como “incapazes de aprender e de serem domesticados pelo trabalho livre e assalariado”, o que culminou com a entrada de imigrantes brancos para o desempenho de tal tarefa, seja pela opressão patriarcal, dentre outros desafios (p. 104). Desse modo, a luta e a resistência dos negros e das negras pela construção da cidadania permeiam toda a história republicana diante de um leque de desafios impostos pela estrutura racista e desigual da sociedade brasileira. Indica, ainda, de que modo o protagonismo das mulheres negras foi fundamental nesse percurso para a construção de um projeto emancipatório.

Ela demonstra, com dados e informações variadas, o modo através do qual o Movimento Negro ensinou, ao longo da história, à população brasileira e suas elites, a necessidade de mudanças político-institucionais e de seus parâmetros epistemológicos e colonizados, processo esse ainda repleto de fortes confrontos a serem enfrentados. Uma das conquistas mais importantes nesse processo pedagógico de reeducação da população brasileira foi a implementação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas de Ensino Fundamental e Médio. Contudo, aponta que: “os saberes expressos nesses documentos ainda não são devidamente considerados enquanto tais pelo campo do conhecimento e pela teoria educacional. Trata-se de uma disputa, principalmente, no campo dos currículos” (p. 68). Nesse processo de estabelecimento de outros parâmetros que não os hegemônicos da sociedade brasileira ela evidencia que diferentes formas de organização dos negros e negras foram criadas. Por exemplo, nas universidades, intelectuais negros organizaram a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, bem como a juventude negra, principalmente as mulheres, como forma de afirmar a estética negra, criaram diferentes ações como o Orgulho Crespo, dentre outras realizações.

No subitem intitulado “Saberes estético-corpóreos como resistência e luta por direitos políticos e acadêmicos” (p. 84) ela retoma, de modo detido, o resgate histórico do processo de demanda e conquista das cotas raciais para negros e negras e indígenas em instituições de Ensino Superior em todo o país (26 abr. 2012). Ademais, recupera o processo de conquista das cotas raciais em concursos públicos (20% de suas vagas para negros/as). Aponta de que modo ocorre uma forte oposição das elites intelectuais e outros a esse processo. Ela observa que a conquista das cotas raciais em instituições de Ensino Superior significou a entrada de sujeitos sociais concretos nessas instituições “com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país”. Contudo, nota-se que os desafios ainda são muitos, pois “temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de serem considerados ‘legítimos’” (p. 114).

Além da temática da abolição e das ações afirmativas ela indica que a estética negra é outra importante ação, ligada à questão racial brasileira, que tenciona os processos de regulação-emancipação. Ela argumenta que a “construção cultural da beleza apresenta como principal característica o fato de ser inclusiva” (p. 109). Contudo, indica que no Brasil as

definições de “feiura” e “beleza” são construções culturais que passam por uma discussão étnico-racial. Afirma que o padrão estético construído sob esse pilar gera tensões, pois “emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço” (p. 111). É justamente diante desse contexto que o Movimento Negro constrói politicamente, como alternativa emancipatória, o conceito de beleza e estética negra. Contudo, embora sejam formas de emancipação, “o mercado apropria-se dos símbolos étnicos, esvazia-os do seu sentido político e os transforma em mercadoria (Gomes, 2006)” (p. 111). Dessa forma, assim como nos outros desafios, a estética e a beleza negra sofrem, em alguma medida, com a captura do marco da regulação capitalista.

No Capítulo 7 ela apresenta diversas figuras elucidativas para analisar quais são as possibilidades de que o Movimento Negro e as pautas que trouxe à tona possam se articular a outros movimentos sociais aprofundando a comunicação e a cumplicidade em um processo que faça emergir com radicalidade “subjetividades emancipatórias, dinâmicas, rebeldes e desestabilizadoras” (p. 129). Como todo trabalho inspira outros, ficou um desejo de ver o diálogo intercultural entre os diferentes movimentos sociais ser feito em uma obra coletiva em que cada autor(a) ligado(a) aos outros movimentos, seja indígena, quilombola, sindical, Movimentos dos Sem Terra, Quebradeiras de Coco-Babaçu dentre outros, mostrasse, numa perspectiva da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), de que modo cada um(a), em sua trajetória específica teórica e empírica, também educa de alguma forma a sociedade brasileira.

Nas “Considerações finais” ela sintetiza de que modo pode-se vislumbrar um interconhecimento radicalmente democrático: “a compreensão dos saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro tem a capacidade de subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências, repensar a escola, descolonizar os currículos. Ela poderá nos levar ao necessário movimento de descolonização do conhecimento” (p. 139).

Nos sete capítulos do livro a autora perpassa elementos-chave do papel do Movimento Negro. Indica que a confluência de vários fatores estabelece uma dinamicidade entre a produção de uma nova epistemologia agregada a ações concretas do Movimento Negro, passando pela própria transformação na percepção da identidade negra, o que incide diretamente no reconhecimento afirmativo de sua corporeidade. Isso nos faz lembrar que, de certa maneira, o Movimento Negro concretiza um sonho de Guerreiro Ramos (1957, p. 193), que era o de que o negro se pensasse “desde dentro”. Ele afirma:

A tarefa que se impõe como necessária para conjurar essa mistificação do assunto – o negro no Brasil – é a de promover a purgação daqueles clichês conceituais, é a de tentar examiná-lo pondo entre parênteses as conotações de nossa ciência oficial, é a de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e, também, aberto interiormente para a originalidade. (RAMOS, 1957, p. 156).

A autora mostra que o Movimento Negro apresentou em suas diferentes atuações muita originalidade, imaginação emancipatória e criatividade no enfrentamento da regulação conservadora.

O Movimento Negro teve a capacidade de construir progressivamente uma nova gramática das relações étnico-raciais no Brasil. Ao fazer isso, o Movimento Negro, nas palavras da autora: “constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas” (p. 21). Essa construção de novos enunciados para elucidar as especificidades do racismo à brasileira se desdobra na necessidade de diálogo constante com vários conceitos que tiveram suas concepções consolidadas pela via conservadora e hegemônica. Sendo assim, essa nova gramática de cunho étnico-racial se avoluma no enfrentamento da tarefa de, por exemplo, ressignificar a noção de raça, tirando-a de uma compreensão hierárquica para indicar que a raça deve ser entendida em sua via política e afirmativa. A autora aborda outros termos dessa reconstrução da compreensão de vários elementos dessa nova gramática social, cultural, simbólica e política que transita não apenas pelas categorias centrais como raça e racismo mas, também, e que vale a pena citar: (1) discriminação racial; (2) desigualdade racial; (3) crítica à democracia racial; (4) gênero; (5) juventude; (6) ações afirmativas; (7) igualdade racial; (8) africanidades; (9) saúde da população negra; (10) educação das relações étnico-raciais; (11) intolerância religiosa contra as religiões de matriz afro-brasileiras; (12) violência; (13) questões quilombolas; (14) antirracismo; (15) colorismo; (16) apropriação cultural; (17) beleza e estética negra. Observa-se que não são apenas categorias conceituais, mas muitas delas já introduzem em seu enunciado uma nova pauta política que reivindica políticas públicas afirmativas seja na área da igualdade, saúde, educação, territorialidades, gênero, juventude negra, dentre outras. Ao nos colocar diante dos próprios elementos conceituais da gramática teórica de Boaventura de Sousa Santos, a autora adensa essa última, lendo tal acervo à luz da questão das relações étnico-raciais e educação.

O livro *O movimento negro educador* é uma obra que efetivamente nos educa no sentido de romper com as abordagens academicistas que muitas vezes confundem rigor científico - a dita “verdade” - com a ausência de seres humanos de corpo, sentimentos, afetos, beleza, dores, marcas de sofrimento, disputas e conquistas com o Estado, a sociedade e o mercado, enfim, seres humanos que devem todos ser repostos no lugar do reconhecimento e da dignidade. Em minha percepção a professora/pesquisadora/antropóloga e ex-ministra Nilma Lino Gomes faz com muito êxito esse trânsito, entre o mundo da institucionalidade, da área das Ciências Humanas e o mundo das subjetividades, de seres humanos, de mulheres e homens, negras e negros, e suas lutas, porque ela mesma é alguém que está incansavelmente à frente das ações, lutas e disputas institucionais com a inteireza de sua vida de educadora, de seu corpo e de seus afetos.

REFERÊNCIA

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.